

DEMISSÃO POR MOTIVO POLÍTICO É CRIME! VEJA O QUE FAZER EM CASO DE ASSÉDIO ELEITORAL



Muitas pessoas estão fazendo posts nas redes sociais incentivando a demissão de pessoas que votaram em Lula. Alguns vídeos mostram empresários falando que vão "demitir petistas" e até uma deputada entrou na onda.

Deputada é obrigada a apagar posts

A deputada estadual Índia Armelau (PL-RJ) orientou empresários a observarem se seus funcionários votaram em Lula. “Empresário, olha a rede social do teu funcionário aí e confere se ele fez 'L'. Acho que não faz sentido nenhum manter na rua empresa quem odeia empresários”, postou.

A Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro atendeu a um pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT) e o juiz Leonardo Saggese Fonseca determinou que a deputada apague posts que incentivam empresários a demitir trabalhadores por suas convicções políticas.

Outra parlamentar do PL, a vereadora de Londrina conhecida como Jessicão, também

incentivou demissões de trabalhadores por mostrarem simpatia ao Partido dos Trabalhadores (PT). “Você tem uma empregada que é petista? Demita! Tem um funcionário que é petista? Demita! Seu barbeiro é petista? Troque de barbeiro”, escreveu Jessicão, eleita deputada estadual no Paraná.

Reintegração, multa e indenização

A demissão por convicção política é considerada assédio eleitoral e é crime previsto na Lei 9.029/95. Caso seja demitido por posições políticas, o trabalhador tem direito à indenização por danos morais, ser reintegrado ao trabalho e receber os salários do período em que ficou demitido.

No caso de quem incentiva a perseguição, o MPT pediu que a deputada carioca seja condenada a pagar R\$ 500 mil por dano moral coletivo e multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Guarde provas

Difícilmente os patrões vão explicitar a motivação política para a demissão. Por isso, a Justiça aceita como prova indícios como mensagens, e-mails, testemunhas e áudios. Trabalhador com histórico e elogiado na empresa, caso seja demitido após uma discussão eleitoral, levanta suspeita. Várias pessoas demitidas com mesmo perfil político também.

O trabalhador deve anotar data, horário, local e quem estava presente durante uma discussão sobre eleições. Salve externamente as provas (mensagens, áudios, e-mails) antes que a empresa apague ou bloqueie o acesso a contas corporativas.

O trabalhador pode receber normalmente as verbas indenizatórias da demissão e contestar a demissão em até dois anos após a demissão. Entretanto, jamais deve assinar documentos que digam que saiu por vontade própria ou outro motivo não verdadeiro. Não ataque os chefes ou a empresa nas redes sociais ou use documentos sigilosos.

Saiba onde denunciar

- Procure o SINDADOS/MG pelo e-mail: sindados@sindados-mg.org.br ou nossos advogados nos plantões jurídicos, que acontecer de segunda à quarta-feira, das 16h às 18h, pelo telefone (31) 3237-7600, ou presencialmente à Rua David Campista, 150 – Floresta/ BH - MG.

- Ao Ministério Público do Trabalho (MPT), acessando o canal oficial: <https://mpt.mp.br/assedio-eleitoral>

O trabalhador pode fazer a denúncia de forma anônima ou, caso se identifique, solicitar o sigilo de seus dados.

- A exposição indevida de dados pessoais pode ser denunciada através do canal da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

- Situações que envolvam ameaças ou outras possíveis infrações podem ser comunicadas à Polícia Civil.

- Disque 100: Serviço gratuito e disponível 24 horas por dia, o disque 100 recebe denúncias de violações de direitos humanos, inclusive assédio moral no trabalho.

MUDANÇAS NO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO VALEM A PARTIR DE NOVEMBRO



A partir de novembro, quaisquer cartões de vale-refeição ou vale-alimentação deverão ser aceitos em todas as maquininhas habilitadas para esse tipo de pagamento, ampliando as opções para usar o benefício.

A interoperabilidade foi anunciada pelo Governo Federal em fevereiro de 2026 e passou por um período de transição até novembro, quando será implantada.

A medida é benéfica para trabalhadores e estabelecimentos comerciais, que não precisarão mais manter contratos ou equipamentos específicos para cada bandeira de vales. Além disso, as empresas de cartão terão que repassar o dinheiro das vendas aos comerciantes em, no máximo, 15 dias.

Valor do vale não muda

Vale lembrar que o valor do vale-refeição ou alimentação para o trabalhador não muda.

Para os comerciantes, a taxa de desconto sobre as vendas deverá ser de, no máximo, 3,6%. Antes, era de 5,19, em média, e teto de 7%. A tarifa de intercâmbio era ilimitada e, agora, com as novas regras do Governo Federal, elas devem ter um teto de 2%.

VOCÊ SABIA?

O QUE TODO MUNDO ESTÁ DISCUTINDO AGORA, NÓS JÁ CONQUISTAMOS NO SINDADOS/MG DESDE 2023!



A Emenda Constitucional nº 141/2026 mexeu nas regras para diminuir a jornada semanal de trabalho e garantir mais descanso com a escala 5x2. Enquanto a maioria das categorias ainda tenta entender o que mudou e as empresas correm para se adaptar, quem trabalha na área de TI e processamento de dados em Minas Gerais já conhece muito bem essa realidade no dia a dia.

A verdade é que a nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) saiu na frente da lei federal há anos. Graças à força e à negociação do SINDADOS/MG, a redução da jornada já havia sido colocada em prática para toda a categoria desde o ano de 2023, ou seja: o direito que virou notícia nacional agora já estava garantido na nossa base muito antes de virar regra geral no Brasil.

E o detalhe mais importante: a nossa CCT sempre deixou claro e protegido que a redução de carga horária vem sem nenhum centavo de desconto no bolso. Enquanto outros setores sofrem com empresas querendo cortar benefícios ou

reduzir salários para ajustar a nova escala, os profissionais da nossa base têm essa segurança blindada e mantida no texto do nosso acordo coletivo.

Tudo isso prova que quando a gente se organiza e fortalece o sindicato, o resultado aparece na folha e na nossa rotina. Essa conquista pioneira não caiu do céu nem dependeu da boa vontade do governo: foi fruto de união nas assembleias e luta coletiva.

E na sua empresa, essa jornada já vinha sendo cumprida direitinho ou você ainda está trabalhando além do limite sem receber por isso?

Se você tiver qualquer dúvida sobre a sua carga horária, achar que a sua escala não está de acordo com a nossa CCT ou quiser entender melhor como funciona a compensação de horas, procure o Sindados-MG: nossos canais de atendimento e o nosso time jurídico estão à sua disposição para conferir a sua situação e garantir que o seu direito seja respeitado na prática!

O APACHE HTTP SERVER



A internet como conhecemos hoje é majoritariamente constituída por sites. Quando você acessa uma página, dois softwares seguem o protocolo HTTP para trazer esse conteúdo até você. Um desses softwares você conhece bem, pois ele fica no seu computador: são os navegadores de internet, como o Chrome e o Firefox. O outro é mais conhecido entre os profissionais de TI, mas é igualmente fundamental: é o parceiro do seu navegador na dança do protocolo HTTP. Nessa categoria de servidores web, um software livre brilha com destaque: o Apache HTTP Server.

Nascido no ambiente acadêmico — onde o compartilhamento de informações e a cooperação eram a regra — o Apache surgiu em 1995. Ele foi criado a partir de melhorias no NCSA HTTPd, um servidor de domínio público e código aberto que estava com o desenvolvimento estagnado. O Apache HTTP Server trouxe diversas correções de bugs e evoluções em relação ao seu antecessor, adotando um modelo de desenvolvimento colaborativo, focado e arrojado. Essa abordagem o consagrou como o principal servidor HTTP da nascente internet comercial: entre 1996 e 2010, ele chegou a responder por mais de 70% dos sites do mundo, moldando a estrutura da web atual.

O Apache é um aplicativo modular, o que significa que você pode expandir suas funcionalidades adicionando módulos. Por exemplo, se você precisar criar uma loja virtual, precisará de uma linguagem de programação rodando no servidor para processar e armazenar os pedidos. Caso escolha a linguagem PHP, basta habilitar o módulo correspondente para começar a programar. E não é apenas o PHP: existem centenas de módulos que adicionam suporte a linguagens como Python, Java, Perl, Ruby e Rust, além de permitir a execução de binários via módulo CGI.

Outra característica-chave do Apache foi o suporte eficiente a servidores virtuais (Virtual Hosts). Esse recurso permite que uma única máquina física hospede vários sites simultaneamente, algo fundamental para a consolidação da internet acessível que temos hoje. Se essa tecnologia não existisse, seria necessário um computador dedicado para cada site, o que aumentaria drasticamente os custos de hospedagem. Mesmo considerando tecnologias modernas como máquinas virtuais (que eram inviáveis para esse propósito antes de 2010), o custo estrutural ainda seria muito superior.

O legado do Apache vai além de entregar um software livre que se tornou pilar da web. Em torno dele, nasceu a Apache Software Foundation, que hoje mantém dezenas de projetos essenciais para a tecnologia global. Outro grande marco foi a Licença Apache: uma licença permissiva de código aberto que virou padrão na indústria, sendo utilizada hoje em projetos de grande porte como Android, Kubernetes, TensorFlow, Swift e Flutter.

Se você quiser experimentar o Apache e rodar uma fração da internet no seu próprio computador, a combinação clássica no Linux é a pilha LAMP (Linux, Apache, MySQL, PHP). Já se o seu sistema for o Windows, você pode acessar o site da comunidade Apache Friends (<https://www.apachefriends.org/>) e instalar o XAMPP — um pacote multiplataforma (representado pela letra "X") que integra Apache, MariaDB, PHP e Perl em uma instalação simples. O apache é um software livre essencial que se não existisse o mundo seria muito diferente do que ele é hoje.

AS DISCUSSÕES DO NOVO PCCS DA PRODABEL SEGUEM



Conforme noticiado no dia 29/10/2026, aconteceu a reunião entre a Comissão dos Trabalhadores do Novo PCCS da PRODABEL (CTNPP) e a direção da Empresa sobre a visão do novo PCCS.

Na apresentação, a empresa demonstrou que não acredita na viabilidade de uma relação denominada “ganha-ganha”. Segundo esta visão, a empresa apresentou uma proposta que trazia perdas e ganhos em relação ao PCCS vigente.

Há diversos consensos, como nos valores dos interstícios de 5% na progressão horizontal, na inclusão da progressão por escolaridade e na equiparação das remunerações nas carreiras dos analistas de recursos estratégicos com os analistas de TI. Quanto à regra de transição, os profissionais que tiverem um salário entre um nível e outro serão enquadrados nos níveis imediatamente superiores.

Já os membros da CTNPP apresentaram questionamentos sobre o fim da progressão por tempo de serviço e a contagem a partir do zero para as avaliações, adiando em três anos a próxima progressão — uma vez que, em seis meses, muitos trabalhadores iriam progredir na carreira. Houve também o questionamento sobre o porquê de as pós-graduações só serem aceitas para progressão se iniciadas depois de o plano entrar em vigência. Neste caso, as exceções são a graduação para cargos de ensino médio e o mestrado e doutorado para cargos de ensino superior.

A CTNPP tem reunião marcada para a próxima terça-feira, às 18h30, na qual pretende formalizar uma proposta a ser levada à empresa.

EDITAL VAI DESTINAR R\$ 21 MILHÕES PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LIVRE; SAIBA COMO FAZER UMA PROPOSTA



A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério das Comunicações (MCom) e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) vão destinar R\$ 21 milhões para financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento de plataformas digitais baseadas em software livre e protocolos abertos.

As propostas podem ser apresentadas a partir do dia 5 de novembro de 2026 até 22 de fevereiro de 2027 ao Sistema de Apoio à Gestão da FAPESP.

Os R\$ 21 milhões serão distribuídos nas modalidades "Auxílio à Pesquisa Regular", com R\$ 6 milhões, e "Projeto Temático", com R\$ 15 milhões. Os projetos na modalidade Auxílio à Pesquisa Regular deverão ter duração de dois a três anos, com orçamento de até R\$ 200 mil por ano. Para Projetos Temáticos, a duração prevista é de cinco anos, com orçamento máximo de R\$ 5 milhões.

A ideia é incentivar projetos que "estudem, desenvolvam, adaptem ou apliquem plataformas digitais baseadas em software livre e protocolos abertos, especialmente arquiteturas federadas, com vistas a fortalecer negócios e empreendimentos sociais apoiados em infraestruturas digitais abertas e interoperáveis", diz o comunicado da FAPESP.

O objetivo é articular geração de conhecimento científico e tecnológico, desenvolvimento de processos e inovações, transferência de conhecimento e tecnologias, bem como apoio à criação e consolidação de iniciativas empreendedoras", completa o documento.

A participação de pesquisadores de diferentes estados e a formação de redes que integrem academia, setor empresarial e terceiro setor serão valorizadas.

Linhas de pesquisa

As propostas deverão contemplar uma ou mais de três linhas de pesquisa: desenvolvimento e aprimoramento de softwares livres e plataformas descentralizadas; estudos de viabilidade econômica e modelos de negócio; e estudos de impacto socioambiental.

Entre os temas de interesse estão a melhoria da usabilidade e da acessibilidade de plataformas abertas, a interoperabilidade entre sistemas, a criação de modelos sustentáveis de geração de renda para pequenos empreendimentos e cooperativas, a governança comunitária e a avaliação dos impactos ambientais das infraestruturas tecnológicas. Também poderão ser investigadas estratégias para promover a inclusão digital e econômica, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de tecnologias orientadas por valores sociais e ambientais.

Para onde enviar as propostas

As propostas devem ser enviadas para o site da FAPESP no seguinte link:

<https://fapesp.br/18444/chamada-de-propostas-fapespmctimcomcgibr-2026-para-auxilio-a-pesquisa-regular-apr-e-projeto-tematico>

INFORME SOBRE PAGAMENTO DE AÇÃO MOVIDA CONTRA AVSYSTEMGEO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA



O SINDADOS/MG ajuizou uma Ação Coletiva em face da empresa AVSYSTEMGEO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, identificada pelo nº 0011100-58.2024.5.03.0015, que tramitou perante a 15ª Vara do Trabalho desta Capital.

Nesta Ação, o Sindicato cobrava cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) relativo ao pagamento de multas normativas.

A ação foi julgada procedente para deferir o pagamento de multa normativa.

Agora, portanto, os trabalhadores beneficiados com a ação receberão os valores devidos através de transferência ou depósito bancário.

Para tanto, deverão encaminhar para o endereço de e-mail: PAGAMENTO@LPSADVOGADOS.COM.BR cópia digitalizada dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e CPF, bem como informar seus dados bancários.

Dúvidas e esclarecimentos devem ser tratados exclusivamente por contato telefônico nos plantões jurídicos que ocorrem segundas, terças e quartas-feiras, entre 16:00 e 18:00 horas, através do telefone (31) 3237-7600.

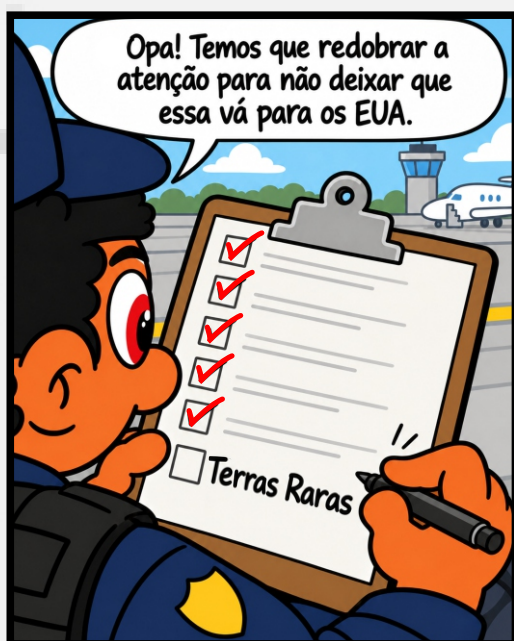
A relação com os nomes dos trabalhadores beneficiários da Ação está disponível no nosso site.

Acesse: sindados-mg.org.br

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	PEERS Consultoria e Serviços	0010849-96.2026.5.03.0006	29/10/2026	08:15	Videoconferência
Sindados MG	Syntax Tecnologia	0010752-87.2026.5.03.0106	05/11/2026	08:45	Videoconferência
Sindados MG	MUNDOMIDIA LTDA	0011087-08.2026.5.03.0074	30/11/2026	13:20	Videoconferência
Sindados MG	Versatec Tecnologia	0010998-49.2026.5.03.0182	21/01/2027	08:30	PRESENCIAL - 44ª VTBH
Sindados MG	EAC Engenharia (NERUS)	0010238-61.2022.5.03.0014	03/02/2027	14:00	Videoconferência
Sindados MG	Rezek Ferreira	0010794-30.2026.5.03.0012	16/03/2027	15:00	Videoconferência

TIRINHA DA SEMANA

**FIM**